



Matrizes

ISSN: 1982-2073

matrizes@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Lemos, André

Contra a crítica abstrata. Tréplica a Francisco Rüdiger

Matrizes, vol. 10, núm. 1, enero-abril, 2016, pp. 65-88

Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143045335005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Contra a crítica abstrata. Tréplica a Francisco Rüdiger

Against the abstract critique. Rejoinder to Francisco Rüdiger

■ ANDRÉ LEMOS*

Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Departamento de Comunicação. Salvador-BA, Brasil

RESUMO

O texto é uma tréplica à crítica de Francisco Rüdiger ao artigo “A crítica da crítica essencialista da cibercultura” (Lemos, 2015). Ele reafirma o argumento central de que o problema da crítica à tecnologia é uma visão essencialista da técnica. Discute-se os três problemas apontados na réplica: 1. carência de erudição, 2. contradição performativa e 3. endosso acrítico. O trabalho demonstra que o artigo de Rüdiger é frágil por não apontar equívocos na interpretação das principais obras utilizadas e por não conseguir analisar seriamente a proposta teórica de Latour (2012), apresentada com um contraponto à visão essencialista da tecnologia. O texto recusa os problemas elencados e afirma o caráter abstrato da réplica.

Palavras-chave: Tréplica, tecnologia, crítica, essência, teoria ator-rede

ABSTRACT

The text is a rejoinder to Francisco Rüdiger's critique of the paper “A crítica da crítica essencialista da cibercultura” (Lemos, 2015). It reaffirms the central argument that the problem of technology critique is an essentialist view of the technique, and discusses the 3 issues indicated in the reply: 1. lack of academic references, 2. performative contradiction, and 3. uncritical endorsement. The work reveals the fragility of Rüdiger's paper in not naming the interpretation errors of the main works used and in not being able to seriously analyze Latour's (2012) theoretical proposal, presented with a counterpoint to the essentialist view of technology. The text refuses the listed issues and affirms the abstract aspect of the reply.

Keywords: Rejoinder, technology, critique, essence, actor-network theory

* Doutor em Sociologia pela Université René Descartes, Paris V, Sorbonne. Pesquisador 1A do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq/MCT) e Professor Associado IV da UFBA. Coordenador do Laboratório de Pesquisa em Mídia Digital, Redes e Espaço (Lab404). E-mail: alemos@ufba.br

AVISO

RESPONDO AQUI ÀS críticas formuladas por Francisco Rüdiger no seu artigo “Contra o conexionismo abstrato: réplica a André Lemos” (2015), em relação ao meu texto “A crítica da crítica essencialista da cibercultura” (2015), ambos publicados nesta revista. Faço essa resposta em sinal de respeito ao colega e aos leitores. O intuito aqui não é o de convencer meu crítico, mas de esclarecer alguns equívocos para que o leitor possa interpretá-los e tomar posições.

O texto começa falando de *ataque* (é o primeiro verbo): “André Lemos *atacou* em número anterior desta revista [...]” (Rüdiger, 2015: 127, grifo meu); e termina falando de *força* (é o penúltimo verbo): “De novo é tempo para, onde houver *força*, acionar a crítica” (Ibid.: 140, grifo meu). Esclareço que não estou em guerra, não *ataquei*, mas critiquei (a não ser que Rüdiger ache que toda crítica à crítica seja um ataque) uma determinada posição, e não pretendo usar da *força* para sustentar meus argumentos. Essa minha resposta não visa alimentar polêmicas¹.

1. Agradeço a Leonardo Pastor e a Mari Fiorelli pela revisão e sugestões, sendo o texto de minha inteira responsabilidade.

REAFIRMAÇÃO

De forma direta, após ler atentamente a réplica, reafirmo a tese do meu artigo: a fraqueza da crítica à técnica, em geral, e às tecnologias da cibercultura, em particular, está na posição dos que a tomam como uma realidade independente, dotada de uma essência, dando pouca atenção às evidências empíricas dos fatos sociais. Na minha opinião, essa crítica compreende apenas parcialmente o fenômeno, justamente por tratá-lo de forma autônoma, isolando-o das imprevisibilidades das redes sociotécnicas. Ela não descreve bem a vida social e, portanto, pouco ajuda no entendimento dos problemas comunicacionais contemporâneos.

O interesse não é tanto o de trazer à tona uma revisão profunda da perspectiva crítica sobre a técnica, mas contrapô-la à perspectiva de Bruno Latour, principalmente àquela apresentada na *Enquete sur les Modes d'Existence* (EME) (Latour, 2012). Poucos a conhecem ou discutiram na área de comunicação no Brasil. Considero, e apresento argumentos ao longo do texto, ser essa posição mais adequada para dar conta dos fenômenos atuais da cibercultura do que uma crítica abstrata e substantiva. Pode-se concordar ou não com essa posição, mas uma crítica séria ao meu texto deveria apontar: 1. onde, nos trabalhos citados por mim, o que afirmo estaria equivocado, e 2. analisando seriamente a EME, mostrar como ela falha na compreensão da técnica contemporânea. Rüdiger ignora ambos, produzindo uma crítica movida pela vontade de desmerecer meu texto e defender seu campo de interesse.

CRÍTICA DA CRÍTICA

Rüdiger (2015) aponta três problemas no meu artigo: 1. *carência de erudição*, 2. *contradição performativa* e 3. *endosso acrítico*. Vou tentar esclarecer esses três pontos, rejeitando as críticas 2 e 3 e aceitando, parcialmente, a crítica 1. Nas suas palavras:

O presente artigo contesta esse juízo, chamando atenção para três tipos de problemas. O *primeiro é a carência de erudição* e a falta de um entendimento mais profundo e esclarecido acerca do que é próprio da razão crítica. O *segundo é a contradição performativa* que o artigo incide ao jogar contra a crítica a linha de raciocínio à qual se opõe em vez da que preconiza. O *terceiro é o endosso acrítico* de uma corrente de ideias que, separando-se da prática de pesquisa que pode desenvolver, promove abstratamente um hiperempirismo de pouco alcance epistêmico. (Ibid.: 127, grifos meus)

CARÊNCIA DE ERUDIÇÃO

Meu crítico me acusa de não ser erudito. Aceito essa crítica, mas não acho que ela seja importante. O curioso é que Rüdiger aponta esse primeiro problema no resumo do seu artigo, mas a palavra desaparece do texto. Ele não desenvolve o tema, nem argumenta sobre a necessidade de ser erudito. Correlato a esse suposto problema, ele vai criticar o meu entendimento sobre a *razão crítica*, como explicarei em detalhes adiante.

Certamente meu artigo não é erudito, nem pretendia ser. Poderia até perguntar onde estariam os textos eruditos da área de comunicação no Brasil. Não tenho lido muitos desde que comecei como professor e pesquisador há mais de 20 anos. Isso não significa que os artigos da área não sejam bons. No entanto, no que há de específico no campo dos estudos sobre cibercultura no país, os textos mais áridos, pouco inovadores e sem impacto são justamente os que se pretendem mais eruditos e abstratamente críticos, com pouco contato com a pesquisa empírica. Os conhecemos das revistas e dos eventos da área, e evitarei citá-los para não alimentar ainda mais a polêmica.

Gosto de textos eruditos, e um dos que li recentemente me ensinou muito: a trilogia *Esferas* de Peter Sloterdijk (2011). Gosto de digressões filosóficas e de detalhes históricos de múltiplas e variadas fontes, mas, reconheçamos, no que se refere ao meu texto, essa é uma cobrança injusta e prepotente. Injusta, pois não se pode cobrar essa dimensão em um artigo limitado (no escopo, no número de palavras, na intenção do autor). Se fosse um livro, poderia até ser uma crítica justa. Prepotente, pois ao apontar esse problema Rüdiger estaria

se autointitulando um erudito. Pode até ser, mas não o li suficientemente para afirmar ou contestar. O que posso dizer aqui é que ao apontar a carência de erudição como um problema, ele não nos oferece, por sua vez, um texto que possa se encaixar nessa categoria. Independente disso, o seu artigo tem qualidades, mesmo sem erudição e cometendo inúmeros equívocos em relação ao tema central do meu.

Sobre erudição, lembro ter ouvido de um professor francês, especialista no filósofo L. Wittgenstein, um dos mais importantes da era contemporânea, que o austríaco rejeitava fazer a leitura dos clássicos para ser filósofo. Para ele, que queria pensar e criar a sua própria filosofia (e era muito exigente e ansioso), de nada adiantaria ler os clássicos e ter uma cultura erudita. Com esse exemplo, quero apenas destacar que falta de erudição não é um defeito. No entanto, ter erudição pode ser sim uma grande virtude. Wittgenstein queria pensar, não ser um erudito. Rüdiger me acusa de falta de erudição. Não tenho uma cultura erudita, e meu percurso é de superação de limites de formação, vindo de outra área do conhecimento. Como Wittgenstein, sou engenheiro mecânico e falo do que conheço por formação (a técnica e a tecnologia).

Portanto, sobre esse ponto, concordo parcialmente com sua crítica, pois não pretendi fazer um texto erudito. Não é justo identificar isso como um problema. Não acho que sua qualidade estaria, necessariamente, atrelada a essa dimensão. Não é exagero afirmar que meu texto não diverge muito da qualidade da maioria dos textos dos meus colegas da área em boas revistas acadêmicas. Não está acima e, provavelmente, não muito abaixo deles. Assim sendo, sobre esse ponto, considero a sua crítica vazia, prepotente, improdutiva e irrelevante para o assunto em questão.

CONTRADIÇÃO PERFORMATIVA

Sobre esse segundo problema, Rüdiger (2015: 133, grifo meu) afirma:

Quer-se, no artigo, afirmar a superioridade de um empirismo sociológico sobre o criticismo artificialmente reduzido à sua interface reflexiva. O principal argumento empregado contra o ponto de vista confrontado é, contudo, paradoxalmente abstrato e filosófico. Em vez de, em sendo possível, se submeter a crítica à análise em termos do esquema ator-rede, como seria coerente, adota-se o pior dos métodos daquela primeira para tentar invalidá-la. O resultado é a *contradição performativa, o ataque à crítica com o emprego dos procedimentos argumentativos que negativamente lhe caracterizariam*. Diz-se que a crítica da cultura e a filosofia da técnica são essencialistas, não importa o viés. Os princípios analíti-

cos do esquema ator-rede, no entanto, não intervêm na análise. O relato todo se caracteriza pela exposição filosófica mais tradicional, como fica cada vez mais claro, a cada passo dado na leitura do artigo.

Não posso aceitar essa crítica pela simples razão de que meu campo de trabalho foram os textos. Deixei rastros nas notas e em citações ao longo do artigo. Meu trabalho foi sobre alguns textos de autores que considero importantes para compreendermos a visão crítica essencialista da técnica. Portanto, não se pode aceitar a crítica de que o artigo não apresenta evidências empíricas. Meu laboratório foi a biblioteca, analisando os textos lidos e comentados, podendo o corpus empírico ser acessado, contestado e/ou comprovado. Não pretendi falar da teoria ou razão crítica como um todo. Apenas discuti algumas obras que afetam diretamente a questão da técnica. Assim sendo, meu texto não tem nada de abstrato nem contraditório, pois está ancorado em um corpus de textos preciso.

Claro que no espaço de um artigo não poderia descer a detalhes em cada um deles. É a sua crítica (como a crítica que critico) que é abstrata, justamente por efetuar um péssimo trabalho ator-rede: não foi aos rastros (aos textos citados), não mostrou onde me equivoquei, não foi à EME para mostrar que a visão da técnica ali apresentada seria insatisfatória. Ao invés disso, partiu para outros textos, saltou para fora do meu corpus empírico e fugiu, como bom (ou mau) crítico, do meu laboratório. Mais ainda, a sua crítica vem de uma percepção equivocada da Teoria Ator-Rede (TAR), como mostrarei adiante.

Um bom texto crítico deveria confrontar o material empírico, mostrando que o que afirmo não procede. Mas não é isso o que faz Rüdiger. Ele não apresenta, nos textos específicos que cito de Heidegger, Ellul, Baudrillard, Virilio, Keen, Morozov ou Lanier, onde exatamente eu me engano ao apontá-los como essencialistas. Reconhece isso em Ellul e, com Heidegger, apela para o conjunto da sua filosofia, e não para o texto específico sobre a questão da técnica (que comenta, mas não apresenta refutações consistentes à minha tese). Em algumas passagens, como sobre a Escola de Frankfurt, ele não se aprofunda e recusa-se a fazer comentários: “Sobre o espantinho do início dos anos 1980 que ele traz para o debate com o nome de Escola de Frankfurt, cremos ser desnecessário tecer quaisquer comentários” (Rüdiger, 2015: 134).

É, portanto, paradoxal que ele, enquanto um defensor da *razão crítica*, manuseie textos de autores para provar seu ponto de vista para além do que apresentei, situando-se, portanto, fora da órbita do meu artigo. Contra a tese sobre os autores citados (e não sobre a teoria crítica com um todo) ele não apresenta argumentos empíricos baseados nos textos. O que temos é, aí sim,

uma crítica abstrata. Não há, consequentemente, contradição performativa no meu artigo.

JUÍZO ACRÍTICO

Para Rüdiger, o terceiro problema do texto “é o endosso acrítico de uma corrente de ideias que, separando-se da prática de pesquisa que pode desenvolver, promove abstratamente um hiperempirismo de pouco alcance epistêmico” (2015: 127). A corrente de ideias a que ele se refere é a TAR. Sobre esse ponto, parece que o autor entrou no trem dos que *não leram, ou leram mal e pouco, e como estão falando muito disso agora, são contra e não gostam*. Isso tem acontecido em alguns eventos da área. Como sou um dos que destaca hoje o trabalho de Latour, nada mais óbvio do que me atacar (embora eu não esteja sozinho e haja outros pesquisadores em centros importantes no Brasil trabalhando nessa direção).

Como apontei no texto e no início desta tréplica, minha intenção foi utilizar o pensamento latouriano sobre a técnica e contrapô-lo aos textos que identifico como críticos essencialistas. Minha pretensão foi fazer uma crítica da crítica essencialista da tecnologia moderna apontando as vantagens de uma postura latouriana, principalmente como desenvolvida na EME. Logo, não poderia ser crítico a essa teoria, pois meu argumento é, justamente, o de defesa de suas ideias.

Isso não significa que não tenho críticas, e que em outro momento e lugar poderia apresentá-las. Já dei vários cursos em universidades brasileiras sobre esse tema e quem participou sabe que tenho críticas e dúvidas. Mas não é aqui o lugar para elas. Por exemplo, no meu último livro, escrevo justamente sobre Heidegger e Latour, mostrando que o francês (que insiste em criticar Heidegger), na realidade adota uma posição heideggeriana em muitas das suas visões sobre a técnica (Lemos, 2013). Tenho ainda muitas dúvidas sobre a TAR e a EME, mas concordo com suas posições em relação à tecnologia e à análise da sociedade. Acho que elas podem nos ajudar a sair das armadilhas de uma crítica essencialista cega à vida social.

A crítica boa é a que nos faz repensar argumentos, corrigir, melhorar e achar novos caminhos de pesquisa. Tenho autocrítica e sou movido pelo conhecimento, não por filiações. Meu guia não são os poderes instituídos, mas o que considero teoricamente relevante. Meu percurso intelectual mostra que não tenho medo de mudanças, que não deixo de reconhecer limites e mudar. Certamente, meu crítico poderia criticar a visão latouriana da técnica, indo com seriedade aos textos citados, demonstrando que essa posição não seria

interessante para pensar a tecnologia na cibercultura, ou mesmo que seria ela prejudicial ao pensamento crítico. Não faz. Limita-se a críticas simplórias, perguntas banais e deboches mais ou menos explícitos. Acusar-me de adoção cega é leviano, e chamar Latour de *meu guru*, desrespeitoso.

Portanto, essa é mais uma acusação desproporcional, injusta e de má compreensão da minha proposta. O seu terceiro problema apontado é, portanto, falso. A postura que sustento, esclareço mais uma vez, é de defesa da visão da técnica apresentada por Latour na EME. Criticá-la seria, aí sim, uma contradição performativa.

COMENTÁRIOS GERAIS

Vou esclarecer as críticas dissolvidas ao longo dos três problemas apontados, a fim de indicar os principais equívocos e divergências entre os dois textos.

Ataque a toda história da crítica

Rüdiger afirma: “o opositor do essencialismo sucumbe em outro, em *que toda a história da crítica* é, por despacho sumário, monotonamente reduzida a um princípio único e substancial” (2015: 132, grifo meu). Reitero que não fiz um *ataque* a toda e qualquer forma de pensamento crítico, mesmo isso estando evidente no título do artigo, na minha argumentação e nas notas de pé de página. Não fiz uma crítica contra a razão crítica. Ele teria razão, se fosse o caso. Nunca pretendi afirmar que todos os autores citados, ou “*toda a história da crítica*” desenvolvem sempre uma mesma crítica sem embasamento empírico. Portanto, ele distorce meu texto para tentar dar força à sua posição. Além de se equivocar em relação ao alcance da minha crítica, Rüdiger (2015), paradoxalmente, parece mesmo concordar com o meu argumento central. Vemos isso em três passagens:

Segundo Lemos, o pecado da crítica, resumiremos, residiria em seu déficit empírico; estaria no fato de que, com ela, “perdemos a possibilidade de descrever as associações que formam empiricamente o social” (Ibid.: 30). *Que isso seja o caso na maior parte das vezes, não questionamos.* (Ibid.: 130, grifo meu)

Que a atividade crítica várias vezes se autocompreenda mal e extrapole seus limites, *assumindo um cunho total, essencialista*, que lhe priva do próprio fundamento, *não se discute, concordamos*; mas isso se examina caso a caso, e não pondo no

mesmo saco, sem uma análise documental detalhada e o devido embasamento na literatura especializada, um punhado muito diverso de pensadores e filósofos. (Rüdiger, 2015: 131, grifos meus)

Quem sabe a separação, para a técnica, de um *espaço essencial e determinante, cujo sinal axiológico é negativo, se aplique a Ellul*, mas vale, digamos, para Adorno? Considerando as menções ao termo feitas em *O capital*, valeria para Marx a denúncia de seu tratamento substancialista? (Ibid.: 131-132, grifo meu)

Ora, é justamente esse o ponto central: “*na maior parte das vezes*”, a crítica à tecnologia “*assume um cunho total, essencialista*”. Meu argumento é, portanto, simples: os principais textos críticos sobre a técnica (pode-se contestar e discutir se esses são mesmo os textos e autores, mas Rüdiger não faz isso, parecendo aceitar o meu corpus empírico), e que marcam os estudos da cibercultura, são essencialistas e abstratos, com pouco olhar para a experiência. Investiguei textos específicos que repercutem e ajudam a criar uma crítica essencialista da técnica. Como ele afirma equivocadamente, não fiz nem uma crítica generalista da *razão crítica* como um todo, nem desses autores como um bloco homogêneo. Logo, a sua crítica não se relaciona de forma justa com meu texto e não apresenta elementos concretos que possam contradizer a sua tese central a partir do corpus empírico exposto.

Na última das citações anteriores, é interessante apontar como primeiro ele concorda sobre Ellul (que cito em mais de uma vez e faz parte do meu corpus empírico e da discussão central) para depois, na tentativa de contradizer meu texto, pedir ajuda a Adorno e Marx – ora, não fiz muitos comentários sobre Adorno (apenas cito no texto, na página 36) e Marx nem aparece no meu texto – de forma superficial, pois não demonstra as divergências nem explica por que não seriam substancialistas. Usando dos instrumentos que me acusa, ele não apresenta argumentos sobre *O capital*, nem faz uma revisão da literatura sobre Adorno para defender seu ponto, mas coloca rapidamente ambos do seu lado, insinuando que eu estaria colocando todo o trabalho deles no mesmo balaio. Não fiz isso.

Sobre Ellul, escrevi:

Para Ellul, “As técnicas provenientes da ciência aplicada datam do século XVIII e caracterizam nossa civilização. O fato novo é que a multiplicidade das técnicas as faz literalmente mudar de caráter; sem dúvida, são oriundas de princípios antigos e parecem o fruto de uma evolução normal e lógica; todavia, não constituem mais o mesmo fenômeno. Com efeito, *a técnica assumiu um corpo próprio, tor-*

nou-se uma realidade por si mesma. Não é mais apenas meio e intermediário; mas objeto em si, realidade independente e com a qual é preciso contar” (1968: 65).

[...]

Ou seja, para Ellul: “A técnica condiciona e provoca as mudanças sociais, políticas e econômicas. É motor de todo o resto, apesar das aparências, apesar do orgulho do homem que pretende que suas teorias filosóficas ainda têm uma força determinante e que seus regimes políticos são decisivos na evolução. *Não são mais as necessidades externas que determinam a técnica, são suas necessidades internas. Tornou-se uma realidade em si, que se basta a si mesma, com suas leis particulares e suas determinações próprias*” (1968: 135). (Lemos, 2015: 34, 36, grifos meus)

Citando Heidegger, escrevi:

O Gestell é o que permite esta interpelação, que coloca o homem em posição de desvelar o real como fundo no modo do “cometer”. Na medida em que ele é assim provocado, o homem se mantém no domínio essencial do Gestell. (...) *A essência da técnica moderna* coloca o homem no caminho deste desvelamento segundo o qual, de uma maneira mais ou menos perceptível, o real torna-se fundo (1958: 32-33). (Lemos, 2015: 33, grifo meu)

Mostrei, na frase de Ellul, retomando a discussão sobre a questão da técnica em Heidegger, o caráter unívoco da técnica, independente de qualquer arranjo social que venha a se estabelecer. Tudo está definido em uma essência imutável, em uma substância dada de uma vez por todas. Para Ellul, a atividade técnica é “*uma realidade independente*”. Heidegger fala de uma “*essência da técnica moderna*”. Não faço uma crítica a toda sua filosofia. Mostrei os rastros (meu corpus de análise). Logo, como não seriam esses autores, em relação à técnica, nos seus textos mais importantes sobre o tema (que fizeram parte do meu corpus empírico), essencialistas? Poderia até rever minha posição se Rüdiger apresentasse evidências, nesses textos, do meu erro. Mas ele não faz isso.

No que se refere à teoria crítica frankfurtiana, apenas retomo rapidamente as críticas mais genéricas, pois meu objetivo não era fazer uma investigação profunda, mas sintetizar que para o conjunto dessa escola:

A dupla mídia de massa e tecnologia moderna embota os espíritos pela lógica capitalista, reduzindo tudo à racionalidade instrumental e à dinâmica industrial. Este fenômeno tem no seu epicentro o surgimento de uma associação estreita

entre ciência e técnica, entre futuro e racionalidade tecnológica e instrumental. A técnica é associada às forças repressoras da razão instrumental, ao mercado homogeneizador e à lógica produtivista da indústria. A massificação é, consequentemente, sinônimo de achatamento por baixo da qualidade da cultura. A cultura passa a reproduzir a lógica industrial da produção. (Lemos, 2015: 37)

O que há de errado nessa afirmação? Estaria equivocado ao identificar uma perspectiva substancialista que não vê formas de apropriação e desvios? Isso posto, não estou dizendo que todos os pensadores têm uma posição unívoca em todos os seus textos, até porque essa *Escola* reúne intelectuais de grandes diferenças conceituais e estilísticas. O que quis destacar foi apenas a principal mensagem que fica sobre as tecnologias midiáticas, para mostrar como uma visão crítica essencialista vai se configurando em diversos estudos sobre as tecnologias da cibercultura. Reconhecendo a importância da crítica e da Escola de Frankfurt, escrevi (Ibid.: 37), e não vi argumentos contrários no texto do meu crítico:

Isto conduziu a análises globais, substancialistas, produzidas sem prestar muita atenção aos desvios e às reais associações que se colocam em prática nas mediações entre justamente as mídias, as tecnologias e a cultura. Consequentemente, desconsiderar as diversas associações em suas dimensões concretas, levou tanto a crítica frankfurtiana, a filosofia do desvelamento de Heidegger e o sistema total de Ellul a incorrer em análises globais generalizantes, importantes, mas demasiadamente globais, sem descer aos fenômenos e às suas redes. O caráter substancialista, idealista e normativo coloca assim as tecnologias como reféns, ora da razão comunicativa e substantiva, ora da razão instrumental e manipuladora, já que não haveria possibilidade de negociação entre estas dimensões.

Portanto, Rüdiger não consegue desfazer a visão essencialista da técnica em Heidegger, concorda comigo sobre Ellul, não defende ou diz onde errei nas críticas que faço a Virilio, Baudrillard, Morozov, Keen e Lanier, e limita-se a dizer que não vai comentar as minhas críticas (na realidade as de muitos autores) à Escola de Frankfurt. Mais ainda, afirma que não li Adorno. Não vou retomar a minha história acadêmica aqui. Apenas indico que a minha dissertação de mestrado foi *frankfurtiana*, e que minha saída para o doutorado, em outra área do conhecimento, se deu, justamente, pela minha intuição de que essa teoria seria incapaz de nos ajudar a pensar os desafios da cultura digital e da microinformática no começo dos anos 1990. Essa “rebelião” de jovens (Breton, 1991) se apropriando da técnica, inventando os microcomputadores

e criando uma internet aberta e civil, parecia difícil de ser encaixada na visão da técnica moderna dessa *escola*. Embora não seja especialista em Adorno, dizer que não o li soa leviano (pois ele não poderia saber) e não respeita a minha trajetória acadêmica.

Em relação aos outros autores criticados por mim, friso que fui aluno de Paul Virilio, em um curso no Collège International de Philosophie, em Paris, e que tive contato direto como Jean Baudrillard (que fez um seminário sobre o *virtual* no grupo que criei e coordenava – Groupe de Recherche sur la Technique et le Quotidien (Gretech), no CEAQ/Paris V, Sorbonne). Sabemos das suas posições em relação às tecnologias digitais. Isso não significa que toda a obra de Virilio ou Baudrillard apresente uma crítica monotônica sobre a sociedade tecnológica.

Virilio, por exemplo, em uma de suas aulas, dizia coisas que demonstram a sua rejeição à tecnologia (não ter TV, evitar elevadores...). O “cibermundo” leva a uma lógica e uma política do pior, afirma (Virilio, 1996). Já para Baudrillard, o virtual e as diversas formas de comunicação eletrônica são instrumentos da hiperrealidade, “pura comutação de dados”, instituindo um “crime perfeito” (Baudrillard, 1990). Gosto particularmente das críticas do Morozov, mas ele mesmo afirmou que, para se destacar no meio acadêmico, resolveu se especializar em apontar sempre (e apenas) as mazelas da tecnologia.

De novo, não entro em detalhes sobre esses autores, mas podemos afirmar que suas visões não estão abertas para a imprevisibilidade das redes sociotécnicas. Mas Rüdiger não apresenta nada em defesa deles. Nenhum argumento foi lançado pelo meu crítico com exemplos concretos a partir dos textos que citei e que são conhecidos, lidos e facilmente acessíveis para a confrontação.

Equívocos em relação à TAR e à EME

Retirando o *abstract* e a conclusão, meu texto tem dezoito páginas, nove sobre a perspectiva essencialista da tecnologia e nove sobre a EME. O ponto mais fraco da crítica de Rüdiger é o de não ter dado muita atenção à parte que apresenta a visão de Latour sobre a técnica na EME. Ele retoma textos sobre a TAR, mas evita discussões sérias sobre a EME, limitando-se a criticar rapidamente ou fazer ironias, como a da nota de referência 3 (Rüdiger, 2015: 136).

O seu texto mostra que ele não conhece, ou não entende bem, os argumentos de Latour (ou mesmo de Callon, Alckrich, Law, Harman), apontando equivocadamente que os pressupostos da TAR e da EME (e, portanto, o meu) seriam essencialistas, abstratos e substancialistas. Não são, já que todo o trabalho é confrontar o que é genérico, abstrato, descrito sem pagar o preço dos

rastros empiricamente observáveis. Por conhecer a TAR e a EME de forma superficial, Rüdiger (2015) comete esse grave erro, como o que aparece na página 134, na qual ele afirma que

desde a ótica latouriana que lhe subentende, mediação significa um “movimento de composição de humanos e não humanos, no qual sujeito e objeto se compõem mutuamente” (Lemos, 2015: 30). Quem não vê, contudo, que este, como outros que apontaremos, é um enunciado essencialmente abstrato e substancialista?

O que afirmo através da TAR, a partir de décadas de pesquisa em diversas áreas do conhecimento, é que as mediações não são, e não podem ser, abstratas e substantivas. O trabalho dos pioneiros e dos atuais pesquisadores debruçados sobre a TAR é de um olhar preso ao chão, aos rastros deixados e empiricamente evidenciados nas diversas associações analisadas. Para Rüdiger, caio em contradição, pois o que defendo estaria baseado em “um enunciado essencialmente abstrato e substancialista”. É aqui que sua crítica desaba, pois o que ele afirma ser a contradição maior do meu texto está alicerçado em um erro de compreensão. Todo o esforço teórico e metodológico da TAR baseia-se no oposto das análises que partem de essências ou substâncias. Colocar a minha posição dessa forma é desconhecer completamente o que seriam a TAR e a EME.

Explico rapidamente, sem necessidade de retomar o que já foi feito (Lemos, 2013). Para a TAR e os modos de existência (EME), tudo se define nas relações de um *ser-enquanto-outro*, em associações sempre abertas e indefiníveis *a priori*. Essa é a premissa: seguir os atores, se atrelar aos rastros, olhar de forma míope (e não panóptica) para as associações. Não há nada que, pelos textos de seus principais autores, possamos apontar como enunciados de essência. A TAR olha a vida social, a existência e a ação dos agentes (chamados de actantes e intermediários), aceitando a mutação, a imprevisibilidade, a abertura, sendo, portanto, contra as explicações dadas de antemão, as críticas generalistas, essencialistas e abstratas.

Ora, podemos discordar dessa teoria, mas não assim, sem muita discussão e de forma enviesada. Não estou dizendo que esse pensamento não seja problemático. O próprio Harman (2011), elogioso da obra de Latour, discorda sobre esse ponto, apontando que há uma essência nas coisas que nos permitiria defini-las em uma dimensão fundamental. Mas em nenhum momento ele diz que os enunciados de Latour são essencialistas e substancialistas. Não entro nessa discussão no meu artigo. Apenas aponto para o interesse sociológico (e comunicacional) da observação das associações sem nos atermos a visões

preconcebidas e essencialistas da técnica na análise dos fenômenos midiáticos contemporâneos.

Sobre a EME, a sensação é de que meu crítico fez uma leitura apressada e incompleta. O livro não só retoma muitos dos principais temas da obra de Latour, como está ancorado em uma linhagem que passa por James, Greimas, Foucault, Whitehead, Souriau... Os argumentos usados por Rüdiger, afirmando que a TAR estaria produzindo outra metafísica, mostra a sua pouca intimidade com a teoria. A TAR e a EME propõem uma conexão entre o empirismo e a filosofia, ou, como chama Latour (LATOURE, 2005), uma “antropologia filosófica” ou uma “filosofia empírica”. Em nada elas se assemelham a uma metafísica essencialista. De forma superficial, Rüdiger afirma:

Desejando sair-se do substancialismo em relação ao tema, cai-se na sua definição abstrata e vazia como modo de existência, que ninguém, salvo o arbítrio do criador da ideia, sabe de onde veio e o que lhe justifica – como ocorre em relação a outros tópicos do artigo em discussão. (2015: 139)

A leitura atenciosa do EME responde facilmente a essa questão. Mas deixarei esse trabalho de (re)leitura para o meu crítico. Suas dúvidas estão apenas jogadas para desmerecê-las, sem muito cuidado ou atenção, como na passagem a seguir:

A certa altura, por exemplo, afirma-se que a técnica “é o resultado de um movimento que vai retirar dos inertes e dos vivos um momento de metamorfose e reprodução e vai persistir na transformação” (Ibid.: 45). Que tipo de argumento, porém, é esse? Como se sabe de tudo isso? Existe aí algo mais que uma definição arbitrária? Que justificativa ele pode ter? Faz-se bem em defender o empirismo renovando o discurso especulativo e abstrato? (Ibid.)

Toda a argumentação do EME é contra o discurso especulativo e abstrato. Não entender é legítimo, mas desmerecer dessa maneira não ajuda o debate. O meu argumento estava contextualizado e a leitura atenta do texto o explica. Peço que o leitor volte à segunda parte do artigo, onde explico os modos de existência e a visão de Latour que, oposta a uma perspectiva essencialista, tomo como uma opção para pensar a tecnologia na cibercultura. Afirmo:

Para Latour, na visão essencialista que caracteriza o surgimento do Homo Faber, a técnica desaparece justamente no aparecimento da sua essência. Assim, considerar a técnica como meios para fins é uma forma indigna de tratar seres tão

importantes para a constituição do sujeito e da sociedade. Portanto, é a partir de uma filosofia essencialista, que trata o ser enquanto ser (*être en tant qu'être*) e não o ser enquanto outro, apontando para a trajetória e o movimento (*être en tant qu'autre*) que a modernidade, ao mesmo tempo em que produz mais e mais híbridos humanos e não humanos, vai esvaziar os seres da técnica de sua realidade. Cria-se, conseqüentemente, um movimento moderno amplo de ocultação da técnica e de desprezo dos objetos, formado pelos críticos essencialistas, desde o surgimento da matriz moderna da razão, com a filosofia de Platão e Aristóteles, passando por Heidegger, Ellul e os contemporâneos, como vimos. Mas, como explica Latour: “O desprezo em relação à técnica vem do mesmo modelo de tratamento que serviu a interpretar mal o trabalho da referência... Da mesma forma que havia na epistemologia uma teoria da objetividade como ‘correspondência’ entre mapa e território através da forma, há na tecnologia uma teoria da ciência como correspondência entre a forma e a função. Acredita-se que a técnica é uma ação vinda do homem – macho, na maioria das vezes – e que repousaria em seguida sobre uma matéria concebida ela mesma pela confusão da geometria e da persistência (REP – REF). A técnica torna-se, portanto, uma aplicação de uma concepção ela mesma equivocada da ciência (...) No entanto, não é a técnica que é vazia, é o olhar da filosofia do ser enquanto ser que voluntariamente se esvaziou de todo contato com sua experiência: na mais linda barragem, ela não consegue ver nada de original em relação ao Ser. ‘Simples entes’, diria Heidegger [...]”. (Ibid.: 227). (Lemos, 2015: 43)

Todo o interesse em adotar essa postura epistemológica vem do afastamento das substâncias, dos *frames*, dos *a priori*, para olhar e descrever a vida social, seguindo os atores e mostrando os seus rastros. Vejam que essa não é uma tarefa simples, já que essa descrição é sempre aberta ao confronto de outras boas descrições. O próprio Rüdiger (2015: 132) parece reconhecer isso em relação às primeiras obras de Latour (cita como exemplo *Aramis, Vida de Laboratório* e *a Pasteurização da França*), mas desmerece as últimas, tidas como “tratados de metafísica, muito mal disfarçados de reflexão teórica e epistemológica (Latour, 2012, 2013)” (Ibid.). Mais uma vez, ele não demonstra as suas impressões, apenas as joga ao leitor como um ato de fé.

A sua incompreensão e defesa das substâncias e essências vai mesmo reivindicar a hermenêutica e a linguagem com instâncias últimas, quando a TAR visa, justamente, colocá-las como problema. Ele não compreende que a definição, em cada associação, impede uma visão substantiva ou essencialista da técnica, e que tudo é tradução e irreduzível (ver sobre isso o texto de Latour

sobre “irredutibilidade” na *Pasteurização da França*). Sobre redes sociotécnicas e essências, escreve Rüdiger:

Afirma-se que “As redes sociotécnicas são formas de descrição da heterogeneidade dos dispositivos materiais de que dispomos em cada situação” (Lemos, 2015: 41). Noutro ponto, recorre-se às palavras de Latour: “As técnicas têm significados, mas elas os produzem por uma via especial de articulação que cruza as fronteiras do senso comum entre signos e coisas” (Ibid.: 44). Que estatuto tem estes proferimentos senão o essencialista?

[...] argumenta o autor contra o essencialismo dos críticos, acusando-os de promover uma “simplificação grosseira da realidade”, sem notar que, assim, não apenas se arroga o privilégio de ter acesso a ela, mas assume o posto de demiurgo universal, que de antemão já sabe o que ela é ao defini-la como “um conjunto que se estabiliza a partir de mediação, tradução, rede, caixa-preta, delegação, inscrição, desvio” (Ibid.: 42). (2015: 140)

Temos aqui confusão sobre os sentidos das palavras, impedindo vislumbrar o que de fato está em jogo. Longe da pretensão crítica essencialista da técnica de definir a realidade de antemão, a TAR propõe abertura e indefinição. Não há privilégio sobre o que seja essa realidade, já que tudo está a se mover e a se estabilizar sem que substâncias ou essências a definam *a priori*. O mesmo pode-se dizer da *questão da técnica*. Não há aqui nenhuma afirmação do que seja a realidade ou a verdade do seu acesso. Essa é sempre construção na montagem dos rastros, a cada momento.

Defendendo veladamente as essências, Rüdiger adverte: “Nada mais escapa às redes sociotécnicas, visto que ninguém mais sabe o que não seria actante. Em vez de essências, afirma-se que só há híbridos (Ibid.: 41)” (2015: 140). Esse é o ponto de nossa discordância. Aposto que essa posição é mais interessante e efetiva para compreender a cibercultura do que um pensamento que negue as redes sociotécnicas e os híbridos. Nada é um actante de forma substantiva, por isso a impossibilidade mesmo de saber o que não seria, já que tudo pode ser mediador. Ou Rüdiger poderia definir, por uma essência, algo que não possa mediar e traduzir outros? Difícil sustentar essa posição olhando para as diversas associações. Consequentemente, tudo pode vir a ser um actante efetivamente, mas não é em substância.

Pensando em redes, podemos descrever as ações de mediadores (que produzem diferença) e intermediários, sem de antemão alocarmos uma essência ou substância ao que quer que seja. Acredito que esse exercício é mais inte-

ressante para discutirmos as tecnologias digitais do que negar que uma coisa possa mediar outra, que essa mediação possa tomar sentidos diversos, e que os hibridismos não existem, sendo purificados em separações generalizantes e abstratas. Os mapas devem e podem ser contestados, mas nunca em nome de substâncias ou essências imutáveis.

Não se pretende, ao afirmar que as redes sociotécnicas compõem o real com híbridos de humanos e não humanos, definir o que seja a realidade, o humano e o não humano de antemão e uma vez por todas. Muito pelo contrário. Tudo vai ser definido nas associações e nas descrições. Mas essa imprevisibilidade parece insuportável para os críticos essencialistas. Daí o equívoco de Rüdiger na discussão sobre o humano e o não humano. O seu questionamento nos exemplos da página 135 explica sua visão equivocada sobre a TAR ou a EME. Ele afirma, com razão, que dizer o que é o humano é controverso e falacioso. Mas isso é exatamente o que diria a TAR. Meu colega erra, portanto, ao afirmar que a TAR negaria essa controvérsia.

Não se define de antemão o que é o humano, o não humano e a realidade, mas afirma que só há híbridos. O analista só pode seguir a rede, apontar e criticar as associações baseado na descrição dos seus rastros, constituindo-se ele mesmo enquanto um actante, já que participa na construção da controvérsia. Esse movimento de descrição e debate se dá até a sua estabilização e temporária resolução. Se tivesse lido com atenção os textos fundadores da TAR e o EME, Rüdiger jamais faria essa grosseira afirmação.

Para usar o seu exemplo, podemos fazer uma análise pela TAR do nazismo, mostrando que ele foi uma forma específica de relação entre humanos e não humanos. A definição não é dada de antemão pelo analista, mas nas descrições. No nazismo, a macabra ideologia dividia o mundo entre os arianos, entendidos como *humanos puros*, e os outros, incluindo os judeus, tidos como *não humanos, impuros*. Ao analista cabe descrever como essa estrutura se configurou, apontando como essas qualidades (humanos e não humanos) se apresentaram. Mas sempre com um olhar para os rastros, nunca a partir de essências sobre o que é um ou outro. A solução foi dada pela estabilização do problema: o fim do nazismo e a denúncia de sua visão socialmente deturpada, colocando etnias em relação de superioridade e inferioridade. Se o nazismo vencesse, poderíamos estar falando de outra definição de humano. Mas ainda há movimentos neonazistas espalhados pelo mundo. No entanto, de uma maneira ampla e jurídica, nenhum discurso é forte o suficiente para reconhecê-los como legítimos. Uma análise *ator-rede* apenas descreveria a rede, apontando para as formas de sua constituição: o nazismo foi justamente uma rede híbrida em que humanos e não humanos se relacionaram de forma específica.

O pesquisador faz parte da rede que descreve e na descrição propõe formas de avaliação. Para a TAR isso não é um problema, pois está explícita a construção do fato social. Tudo é construído, “instaurado” (Latour, 2012), e a argumentação válida será aquela que no confronto com outras se estabelecer. Voltando aos nazistas, leis e constituições de todos os países reconhecem (no rigor da letra) não haver diferença entre raças. A afirmação de que “não há raça superior” se estabeleceu historicamente e com muita luta. Mas nada está garantido para sempre. Toda a lição da TAR aos críticos essencialistas é essa, o trabalho continua! Ter um critério de avaliação externo estabelecido *a priori* é não reconhecer a dinâmica das associações e não ajuda no reconhecimento do fato social. O problema não é o chegar a critérios, mas reconhecer que eles não podem ser dados de antemão e, uma vez dados, valer para sempre. A perspectiva essencialista torna o analista cego às associações que poderiam, no futuro, derrubá-la. Não pode haver critérios de antemão, sob o risco de enviesar a descrição das associações.

Rüdiger clama por um *critério* que acabe rápido, e de uma vez por todas, com esse *empirismo errante* que, no entanto, para a TAR, é justamente o que constitui a imprevisível realidade social. Veja como ele se coloca:

No caso, ocorre, porém, a lembrança de que rastros e associações são, por princípio, abertos à descrição infinita, ainda que a cada momento possam ser determinados. Donde surge não apenas o problema de saber com que critério se pode avaliar sua propriedade e relevância das que são identificadas, mas principalmente porque se deveria preferir esse empirismo errante e ilimitado a uma hermenêutica capaz de fazer as experiências e materiais em análise dialogarem com um tema de reflexão mais amplo e significativo de acordo com o ponto de vista do investigador. (Rüdiger, 2015: 136, grifos meus)

A TAR, como sugeri (Lemos, 2013), é uma *sociologia da mobilidade*, justamente por refutar critérios de antemão, denunciar a pouca eficácia das visões presas aos *frames* teóricos e às grosseiras generalizações. Alternativamente, ela busca o difícil exercício de descrever as associações em seus movimentos livres e imprevisíveis. Rüdiger quer justamente a essência, um critério externo de verificação que possa ser aplicado aos fenômenos. Pode-se até aceitar a divergência e criticar a visão da TAR. Mas é justamente esse o meu ponto. Acredito que, contra a visão essencialista da tecnologia, para entendê-la e politizá-la, devemos estar abertos a “esse empirismo errante e ilimitado”. Essa posição é mais interessante, na minha opinião, do que apelar para um critério externo às associações.

É o que acontece com os críticos essencialistas que tomam as tecnologias como uma coisa ou outra, de antemão, sem olhar atentamente para as associações em movimentos *errantes*. Citei vários textos de pensadores que a meu ver fazem isso. Por esse motivo, a crítica essencialista da técnica falha. Alguns dizem que a internet é a nova forma de domínio do capital e da racionalização da existência. Outros dizem que ela emancipa a humanidade e potencializa a sua inteligência coletiva e conectiva. Correto em alguns casos, errado em outros. Podemos generalizar isso para todas as formas de uso e da rede? Haveria uma essência da internet, ou das tecnologias modernas de comunicação e informação, que nos permitiria de uma vez por todas entender e prever o vetor das suas associações? Seria tão bom, confortável e prático se assim fosse! O que podemos dizer do Twitter, do Facebook ou mesmo da Internet? É possível falar da internet como um todo? O que seria mesmo a internet, enquanto totalidade? Por ser fruto da ciência moderna e do poder militar e econômico, poderíamos, para exercer a crítica, apontar de forma inequívoca as suas substâncias e o sentido das ações a ela vinculadas? É claro que não. Só um pensamento abstrato, pretensioso e mesmo falacioso reconheceria isso. A TAR propõe evitar grandes saltos, se ater à irreducibilidade da associação em causa, desenvolver um olhar voltado às associações em um determinado momento. Não seria essa uma posição mais interessante para pensar as associações que envolvem o Twitter, o Facebook ou outras expressões da internet e da cibercultura?

Temos que lidar, sob pena de falsear o vetor das ações, com esse insuportável “empirismo errante”, pois tudo é irreducível e pode mudar. Por exemplo, as redes sociais podem ser instrumentos para ajudar a fazer revoluções políticas em um momento, mas serem apenas formas de esvaziamento das relações em outro. O que se pretende é mostrar como as redes se formam em determinadas situações e afirmar que isso, infelizmente, é tudo que podemos dizer. Saltando para grandes generalizações (baseadas em essência ou substâncias) tem-se a impressão do exercício de uma crítica contundente, de se ter autoridade para poder falar de algo com propriedade em sobrevôo, quando, na realidade, só se produz abstração dos fenômenos, erros e falseamento das associações. O crítico essencialista estaria, como diria Latour na EME, refém do *Duplo Clique*, esse demônio que salta por cima de tudo e não paga o preço das conexões de fato realizadas.

Sobre o papel das redes sociais nos levantes que ficaram conhecidos como a Primavera Árabe, Rüdiger (2015: 136) afirma:

Cabe perguntar, porém, se não apenas elas, mas tudo que se possa enunciar para o caso: os automóveis, as roupas, os relógios, as garrafas d'água etc., também não se constituem da mesma forma, isto é: como actantes, tradutores e mediadores,

em qualquer outro evento de sua época. Que, claro, não seja mesmo o modo em cada uma, significa que sempre importam e devam ser rastreadas, ou isto se decide em meio à reconexão aberta sobre sua influência no evento, a relevância que lhe emprestam os sujeitos e os objetivos e a problemática de estudo do investigador?

Por pensar em essências, meu colega não entende que o papel de actante é assumido por humanos e não humanos de acordo com o que se apresenta em determinada associação, e isso de forma temporária. É muita imprevisibilidade para uma razão determinante e *crítica* aceitar. As coisas (humanos incluídos) podem exercer uma ou outra função a depender do que conecta, de como se conectam e quais outras coisas estão envolvidas nessa particular e *irredutível* forma específica de conexão. E as descrições vão depender dos analistas que instauram o fato social. Nessa ação específica (a Primavera Árabe), determinados fatores não foram decisivos, não sendo, portanto, actantes. Se Rüdiger, por exemplo, mostrasse que *garrafas d'água* foram importantes nos levantes, deveríamos refazer o mapa das mediações e incluí-las. É preciso pagar o preço e mostrar os rastros. O que ele não faz.

No entanto, por um outro caminho, Rüdiger deve ter razão, já que provavelmente garrafas d'água foram importantes nos levantes. Sem água não há como aguentar protestos longos. A questão é apresentar os rastros, montar a rede em uma preposição adequada. O erro aqui é não mostrar os rastros e não entender a preposição. Se o “mundo é articulado”, como coloca Latour, qualquer mediador, seja um smartphone ou um cartaz escrito à mão, insere-se nesse emaranhado de redes chamado de Primavera Árabe. A diferença importante, e que Rüdiger não alcança, já que nem o conceito de *rede* demonstra compreender, está justamente no que vai além dele: a preposição.

Latour descreve bem esse modo, ou “metalinguagem da enquete” na EME. Perceber as conexões adequadas guiam a pesquisa de forma a destacar mediadores importantes para a investigação. Não basta montar a rede, mas deve-se indicar a *preposição* adequada. A ingestão de água pode não ter sido um fato importante para o pesquisador que pretende perceber a movimentação social nos levantes. Mas, por outro lado, pode interessar a um pesquisador da área de saúde. O erro de Rüdiger é o questionamento da inserção de garrafas d'água em uma rede que, na verdade, é guiada por uma preposição que identifica as particularidades dos processos comunicacionais. O que fica da crítica de Rüdiger nesse ponto, e da sua réplica como um todo, é que ele faz uma análise rasa daquilo que a própria TAR já superou: até onde visualizar a rede, que actante incluir ou não? A EME vai além da TAR com a ideia de preposição, mas Rüdiger não percebe isso.

A *verdade* dos argumentos, ou sua objetividade, não se definem, insisto, por critérios substantivos, mas pela confrontação dos rastros e das descrições das redes e das preposições. No meu relato, identifiquei (baseado em pesquisas que aponto no meu texto) algumas coisas como actantes para esses levantes, preocupado em apontar os processos comunicacionais envolvidos com o uso das redes sociais. Citei autores que mostraram como o Twitter, o Youtube e o Facebook foram importantes. Mas não serão sempre. Entretanto, de fato, outras boas descrições podem revelar novos. A objetividade vai ser construída não pela minha visão dos fatos, mas pelo confronto entre diferentes visões baseadas em rastros observáveis e preposições claras.

A crítica essencialista se fecha ao mundo do social. Curiosamente, mesmo com esses rastros apontados por muitos analistas, muitos críticos (pessimistas) silenciaram-se sobre o papel das mídias sociais nesses levantes. O problema não é tanto ser otimista ou pessimista, mas pensar por essências ou substâncias, fechando-se às associações em causa. Para os pessimistas, a partir de uma visão essencialista, é difícil reconhecer o uso revolucionário e emancipador das redes sociais. Para os otimistas, o mesmo se coloca com o sentido oposto: é difícil aceitar um uso estúpido, limitante e totalitário delas. No caso da Primavera Árabe, o silêncio dos críticos pessimistas mostrou a falência e a fraqueza de suas posições. Por ficarem no mundo ideal (mais confortável do que lidar com a imprevisibilidade das conexões), esses críticos não poderiam, naquele momento ou em qualquer outro, apontar o papel emancipador dessas mídias sociais. Isso, certamente, trairia suas visões e posições a respeito delas.

Não se pode dizer, como afirmei no meu artigo, que essas ferramentas sejam revolucionárias, ou que nunca servirão a essa causa. Aliás, meu texto (sobre a Primavera Árabe) foi produzido, justamente, depois de ter lido relatos equivocados de alguns *pessimistas* e *otimistas* afirmando: “o Twitter fez a revolução”, ou “são humanos que fazem a revolução”. Fui motivado por esse duplo erro essencialista que não nos ajuda a entender as dinâmicas sociocomunicacionais em ação no fenômeno observado. Essa é a crítica à crítica essencialista da tecnologia. Ela enviesa, por partir de essência, a análise dos fatos sociais a ela diretamente ligados. É por isso que uma visão da técnica próxima à que defende Latour na TAR e na EME seria mais interessante para pensar a cibercultura. Foi o que pretendi dizer.

PARA O DIÁLOGO

O mais interessante na réplica de Francisco Rüdiger é que ele deixar transparecer que os argumentos de meu artigo são coerentes, parecendo mesmo

concordar com eles. Ele acaba por escrever uma réplica que funciona como prova do meu argumento central: trata-se de uma crítica pela crítica, sem empirismo, apagando as mediações em razão de uma essência maior, comprovando, portanto, a ineficiência da postura essencialista. O seu texto é muito bem escrito e é preciso ser um leitor atento para não cair em suas armadilhas. A sedução é sempre um desvio, e os críticos essencialistas são sempre muito sedutores!

A sua argumentação falha por não conseguir apontar, nos textos e autores com que trabalhei, os erros dos meus argumentos. Ao invés disso, ele procura achar incoerências internas afirmando que meus enunciados seriam, como toda a TAR e a EME, baseados em premissas essencialistas ou substancialistas. Como mostrei anteriormente, as supostas incoerências apontadas no texto são fruto da sua visão equivocada sobre a TAR e a EME. Com isso, a base de sustentação da sua crítica desaba.

Respondendo então aos três pontos principais da crítica, afirmo que: 1. reconheço a falta de erudição, mas essa é uma crítica injusta e prepotente; 2. não há incoerência performativa, já que meu corpus empírico foi composto pelos textos, mostrando os rastros, de onde afirmo haver uma crítica essencialista da técnica; e 3. não se trata de ter uma visão crítica da EME, pois justamente a defendo e a oponho à perspectiva crítica. Portanto, depois de ler e analisar o texto de Rüdiger, concluo que sua crítica é abstrata em relação aos argumentos centrais do meu texto, tentando a todo momento apontar incoerências internas que só revelaram a sua pouca habilidade no trato com a TAR e a EME.

Acredito que poderia ser mais útil para os leitores se Rüdiger tivesse feito: 1. uma crítica da minha visão dos autores citados nos textos específicos; e 2. uma contestação séria da visão de Latour no EME sobre a técnica. Não fez nem uma coisa, nem outra, limitando-se a me acusar de generalizar para a teoria ou razão crítica a perspectiva essencialista da técnica, saltando para outros textos fora do meu corpus empírico. Sem assumir explicitamente, ele até parece aceitar a minha tese, pois seu argumento não é negar a crítica, mas dizer que eu também sou essencialista e abstrato. Apresentei argumentos mostrando o equívoco de sua postura. O limite da sua réplica é não conseguir mostrar a suposta falsidade de meu argumento (a crítica não é essencialista), e que a visão de Latour sobre a técnica é equivocada (não faz isso, o que me levaria a pensar que ele concordaria com ela).

Seu texto parece uma reação emocional ao, como crítico, ver ameaçada a sua posição (e justamente por isso ela vai pedir *força* no final do seu texto), em vez de um exemplo textual de *razão crítica*. Um texto mais racional e menos

passional nos ajudaria mais do que essa crítica abstrata ao meu limitado artigo. O tom às vezes deselegante e agressivo (um pequeno elogio à minha pessoa nos primeiros parágrafos é o seu pedido de licença para o ataque) ajuda pouco. Sei dos limites do meu texto e reconhecê-los é uma maneira eficaz de evitar a soberba, a prepotência e arrogância que um suposto lugar da academia (a do debate franco) permitiria. Elegância é algo que devemos cultivar para além da permissividade de cada campo. A crítica faz parte do jogo. Não há problemas e as recebo bem. Tento aprender com elas quando são justas (por justas entendendo aquelas que estão dentro da proposta do texto, da conferência, da aula, do projeto de pesquisa...).

Pretendi apontar a visão essencialista da técnica por parte de alguns pensadores em textos muito precisos, oferecendo, como contraponto, a perspectiva latouriana sobre o tema, na minha opinião muito bem trabalhada no seu último livro (EME). Não vi críticas sérias ou contrapontos importantes à visão da técnica como ela se apresenta na EME, e como as reproduzo no artigo. Reafirmo o argumento de que o problema da crítica à tecnologia é uma visão essencialista da técnica que impede de ver o mundo da vida, as redes socio-técnicas em formação. Por isso Morozov, Keen, Heidegger, Ellul, Virilio, Baudrillard acertam apenas parcialmente o alvo.

Meu texto não trata, como me acusa Rüdiger, de um *conexionismo abstrato*, mas justamente do contrário, cobrando, como propus no resumo (Lemos, 2015: 29): “uma visão focada no oligóptico, presa às redes constituintes do fenômeno técnico, fiel às associações que formam o social, [que] pode oferecer uma solução ao fracasso empírico da crítica”. Critico a crítica essencialista da tecnologia justamente para ir de encontro aos saltos sobre os fenômenos e às abstrações generalizantes. Mantenho assim a minha conclusão (Ibid.: 48):

Exercer a crítica genérica é colocar a técnica em sua ocultação e, ao mesmo tempo, inviabilizar a análise das redes em movimento. A técnica, como vimos (seja um instrumento de medida, uma ferramenta de transformação, um conjunto como uma máquina industrial, ou uma mídia de comunicação), se conjuga nas dobras e nos acoplamentos, nas associações, e deve ser assim vislumbrada em sua ação (que pode ser negativa e positiva em determinadas circunstâncias). No que se refere à cultura digital, devemos entender que a ação com o uso das tecnologias de comunicação e informação, por mais simples que seja, associa múltiplos atores em uma circulação de mediações e delegações atravessando espaços e contextos: engenheiros, criadores, produtores de informação, empresas, distribuidores, usuários, leis, softwares e bancos de dados, servidores, redes... Compreender a cultura digital é entender a relações entre esses diversos atores e suas formas de

dobra e acoplagem, através de boas descrições e análises de seus rastros. A essência que oculta, ajuda pouco na descrição do social. [...] As críticas às novas tecnologias são em geral mal construídas por insistirem na perspectiva essencialista do fenômeno técnico. Pela essência ocultamos os seres da técnica, perdemos as associações e efetuamos rápidos saltos entre domínios aparentemente separados, mas que são sempre conectados e híbridos. Para além da crítica essencialista, a TAR propõe abrir as redes e enxergar uma terceira possibilidade que escape ao sócio ou ao tecnodeterminismo, trazendo responsabilidades para todos, humanos e não humanos.

Seria bom ouvi-lo sobre o que ele, como crítico, tem a dizer sobre os limites da sua própria atividade em meio aos atuais desenvolvimentos das tecnologias da cibercultura e sobre os limites e potencialidades da visão de Latour sobre o fenômeno. Rüdiger, com sua inteligência, perde por não oferecer à área uma argumentação interessante sobre esses dois pontos. Fica a sugestão para que ele produza um texto propositivo sobre a sua posição acerca da crítica da tecnologia na cibercultura, suas vantagens e problemas, bem como sobre os limites da TAR e da EME em relação à questão da técnica. Assim poderíamos pensar os problemas e controvérsias em torno da cibercultura e, quem sabe, dialogar.

Agradeço o esforço de crítica ao meu texto, e em sinal de respeito ao meu crítico e aos leitores faço esta tréplica. Mas não vou continuar a polêmica em torno desses textos. Não tenho a pretensão de ter convencido o meu colega, mas espero ter podido esclarecer alguns pontos. ■

REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, J. *Le crime parfait*. Paris: Galilée, 1990.
- BRETON, P. *História da informática*. São Paulo: Unesp, 1991.
- HARMAN, G. *The quadruple object*. Winchester; Washington: Zero Books, 2011.
- LATOUR, B. *Aramis, or the love of technology*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- _____. *Pasteur, guerre et paix des microbes*. Paris: La Découverte, 2001.
- _____. *Reassembling the social: an introduction to actor-network theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- _____. *Enquête sur les modes d'existence: une anthropologie des modernes*. Paris: La Découverte, 2012.
- LEMOS, A. A crítica da crítica essencialista da cibercultura. *MATRIZES*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 29-51, jan./jun. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v9i1p29-51>

_____. *A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura*. São Paulo: Annablume, 2013.

RÜDIGER, F. Contra o conexionismo abstrato: réplica a André Lemos. *MATRIZES*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 127-142, jul./dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.11.606/issn.1982-8160.v9.i2p.127-142>

SLOTERDIJK, P. *Spheres: Volume I: Bubbles: Microspherology*. Los Angeles: Semiotext(e), 2011.

VIRILIO, P. *Cybermonde: la politique du pire*. Entretien avec Philippe Petit. Paris: Les Éditions Textuel, 1996.

Artigo recebido em 09 de fevereiro de 2016 e aprovado em 22 de março de 2016.